

DECLARAÇÃO



Organizações da Sociedade Civil da Região da África Oriental e Austral durante o fórum regional de OSC organizado pela Equality Now em Nairobi entre 22 e 23 de Agosto

Nós, as organizações da sociedade civil, activistas e defensores abaixo assinados, reunidos em Nairobi, no Quênia, para o Fórum Regional das Organizações da Sociedade Civil da África Oriental e Austral sobre a Erradicação do Casamento Infantil, nos dias 22 e 23 de agosto de 2023, emitimos conjuntamente esta declaração.

O casamento infantil continua a ser uma questão urgente dos direitos humanos na nossa região. Mais de [50 milhões de raparigas na África Oriental e Austral](#) - quase um terço (32%) das mulheres jovens da região - casaram antes dos 18 anos. A taxa e o ritmo actuais de progresso para acabar com o casamento infantil na região continuam a ser preocupantemente lentos. Apelamos a uma acção acelerada para acabar com o casamento infantil e proteger as nossas raparigas da violência sexual e baseada no género, bem como de outros efeitos destas práticas nocivas, agora e não 200 anos mais tarde, pois [\(as últimas pesquisas da UNICEF](#) mostram que o casamento infantil terminará na região com base nos progressos actuais).

Isto significa que o casamento infantil deve ser abordado como uma prioridade fundamental na agenda política a nível regional, sub-regional, nacional, distrital e comunitário. Todas as partes interessadas, incluindo actores governamentais, decisores políticos, organizações da sociedade civil, líderes religiosos, sector privado, activistas, agências das Nações Unidas, mecanismos regionais, sobreviventes, raparigas e jovens, precisam de se juntar para trabalhar em parceria coordenada para combater o casamento infantil. Para tal, é necessário centrar as vozes dos sobreviventes e as vozes das raparigas e dos jovens em todos os esforços políticos e programas para combater o casamento infantil.

Enquanto organizações da sociedade civil, comprometemo-nos também a aumentar a

colaboração e os esforços conjuntos, tanto a nível regional como nacional, partilhar conhecimentos, aprendizagens e a reforçar a nossa acção colectiva para exigir a responsabilização dos detentores de obrigações a uma só voz.



Coordenadora Nacional da Coligação de Mulheres do Zimbabué, Sally Ncube, discursando durante uma sessão no fórum regional de OSC para sociedades civis da região da África Oriental e Austral.

As recomendações para combater o casamento infantil que foram acordadas no Fórum, dirigidas aos governos, parlamentares, doadores, líderes religiosos e tradicionais e organizações da sociedade civil, são apresentadas abaixo:

RECOMENDAÇÕES

Leis e políticas

1. **Leis fortemente harmonizadas:** Precisamos de leis harmonizadas em todos os países que fixem a idade mínima para o casamento nos 18 anos, sem excepções, e que prevejam sanções específicas. As mesmas normas devem aplicar-se também aos casamentos religiosos e consuetudinários. Os países que não têm leis sobre o casamento infantil (como o Sudão do Sul) e os países onde as alterações às leis do casamento estão pendentes há muito tempo (como o Lesoto e a Tanzânia) precisam de acelerar o processo de promulgação e reforma legislativa.
2. **Abordagem global:** As leis que envolvem questões relacionadas com o casamento infantil, tais como as leis que limitam o acesso ao aborto ou que exigem o

consentimento dos pais para aceder aos cuidados de saúde, também devem ser alteradas, para que exista um quadro jurídico e político abrangente e progressivo.

3. **Melhorar a vontade política:** Os governos devem demonstrar vontade política para abordar o casamento infantil (incluindo a promoção de promotores políticos de alto nível para abordar o casamento infantil), incorporar e implementar tratados internacionais e regionais de direitos humanos, incluindo a Lei Modelo da SADC para Erradicar o Casamento Infantil.

Implementação dos planos de acção nacionais pelos governos e pelos actores estatais

4. **Função dos decisores políticos:** Como organizações da sociedade civil, precisamos de capacitar, sensibilizar e envolver os decisores políticos na elaboração de planos de acção nacionais orçamentados; apoiar e coordenar reuniões regulares para que os decisores políticos se envolvam com actores não estatais; e assegurar a descentralização de funções.
5. **Investigação e dados:** Estabelecer programas de investigação intencionais e centros de depósito a nível nacional para investigação e dados sobre o casamento infantil.
6. **Movimentos da sociedade civil coordenados e inclusivos:** É necessário reforçar a coordenação local entre as organizações da sociedade civil e garantir que os planos de trabalho das organizações da sociedade civil estejam alinhados com os planos de acção nacionais para acabar com o casamento infantil. Os movimentos da sociedade civil também precisam de centrar as organizações lideradas por jovens e sobreviventes na advocacia e na programação para pôr fim ao casamento infantil, bem como reforçar a sua capacidade de liderar este trabalho.

Normas sociais e Formação

7. **Longo prazo e acção colectiva:** Para alterar as normas sociais e conseguir uma mudança de comportamento, é necessário apoiar uma programação a longo prazo e uma acção colectiva, que reúna todas as partes interessadas como agentes de mudança, incluindo homens e rapazes, líderes religiosos e tradicionais, jovens e sobreviventes. A programação da mudança de comportamentos deve também incorporar situações de crise previstas.
8. **Formação:** Os governos devem investir no ensino formal e informal, tanto para rapazes como para raparigas, tornar o ensino obrigatório e defender uma dotação orçamental adequada para a educação. Isto inclui programas para integrar as mães adolescentes e as raparigas casadas nas escolas de forma a garantir o acesso contínuo à educação. A educação na escola deve incluir programas obrigatórios de educação sexual abrangente desde tenra idade.

9. **Envolvimento dos líderes religiosos e tradicionais:** Os líderes tradicionais e religiosos devem ser envolvidos na co-criação de leis e políticas sobre o casamento infantil para melhorar a sua implementação, nomeadamente através de estatutos que proibam o casamento infantil. Ao mesmo tempo, o governo deve monitorizar e regular os grupos religiosos que possam interferir com os direitos das crianças.

Financiamento e fundos

10. **Parcerias com a sociedade civil e organizações de base:** Os doadores, o governo e os parlamentares precisam de trabalhar em parcerias com as organizações da sociedade civil (OSC) e garantir que as OSC sejam envolvidas de forma significativa na tomada de decisões relativas ao fundo e ao financiamento para pôr fim ao casamento infantil. O financiamento deve ser concedido directamente às organizações nacionais e locais da sociedade civil que trabalham nas bases e com as comunidades. O financiamento para pôr fim ao casamento infantil deve também dar prioridade ao financiamento de coligações que promovam a criação de movimentos; a defesa de causas para demonstrar os efeitos do casamento infantil; a justiça para as raparigas e sobreviventes; a melhoria dos dados e da investigação; o apoio a programas de capacitação económica para as raparigas; e a mobilização da comunidade na luta contra a pobreza.
11. **Orçamento e financiamento do Estado:** É fundamental que os governos e os parlamentares dediquem recursos financeiros adequados para implementar planos de ação, leis e políticas nacionais contra o casamento infantil. As OSC precisam de ser capacitadas para se envolverem no processo orçamental; e precisamos de mapear as organizações que já o estão a fazer para aproveitar os seus conhecimentos.
12. **Financiamentos inovadores:** Os governos e as OSC precisam de estabelecer parcerias com filantropos africanos e explorar financiamentos inovadores para colmatar a lacuna de financiamento necessária para garantir um financiamento adequado das intervenções contra o casamento infantil a todos os níveis.

Parcerias, colaboração e criação de movimentos

13. **Criação de uma plataforma regional na África Oriental e Austral:** Enquanto organizações da sociedade civil (OSC), juntar-nos-emos para criar uma plataforma conjunta, um espaço de solidariedade e uma coligação para as OSC de toda a África Oriental e Austral. Comprometemo-nos a mapear e identificar os pontos fortes das diferentes OSC que se podem especializar em aspectos específicos, para evitar a duplicação e a sobreposição de trabalho e o trabalho em silos.
14. **Criação e reforço das redes nacionais:** Comprometemo-nos a criar redes nacionais nos países que não dispõem de tais redes para facilitar a colaboração e o apoio conjunto à advocacia, à prevenção e à prestação de serviços de resposta ao casamento infantil. As acções existentes para combater o casamento infantil devem ser

transparentes e responsáveis para aumentar a confiança na rede. O funcionamento destas redes será melhorado através da monitorização e avaliação; e da criação de uma base de dados de recursos e documentação para promover as melhores práticas e a partilha de conhecimentos.

15. **Coordenação e capacitação:** É necessário aproveitar a força das redes nacionais existentes para ligar as intervenções com vista a pôr fim ao casamento infantil, promover uma agenda comum e facilitar a partilha de lições. Os governos devem também promover a coordenação transfronteiriça com os países vizinhos para garantir esforços efectivos de prevenção e resposta ao casamento infantil e à mutilação genital feminina (MGF). A capacidade das redes nacionais em vários aspectos, incluindo a abordagem multisectorial, o envolvimento de parlamentares, líderes religiosos e tradicionais e os mecanismos regionais de responsabilização, para que possam colaborar para influenciar a programação e as políticas sobre o casamento infantil.

SIGNATÁRIOS DA DECLARAÇÃO

1. ASSEMAJI/Share-Net - Burundi
2. Associação Coalizão da Juventude Mocambicana
3. Boys and Girls Education Foundation - South Africa
4. BRAC Uganda
5. Children's Dignity Forum - Tanzania
6. Community In Need Aid - South Sudan
7. East Africa Child Rights Network - Kenya
8. Equality Now
9. Ethiopian Women Lawyers Association (EWLA)
10. Generation Alive (GAL) - Zambia
11. Girls Leaders Forum (GLF) - Rwanda
12. Girls Not Brides: The Global Partnership to End Child Marriage
13. HAGURUKA/Rwanda
14. Help Lesotho
15. Joy for Children - Uganda
16. Msichana Initiative Organization - Tanzania
17. Núcleo Das Associações Femininas Da Zambézia (NAFEZA) - Mozambique
18. Rozaria Memorial Trust, Zimbabwe
19. She-Hive Association - Lesotho

20. SRHR Africa Trust (SAT) - Botswana
21. STEWARDWOMEN - South Sudan
22. Tanzania Media Women's Association, Zanzibar (TAMWA,ZNZ)
23. The East African Centre for Human Rights - Kenya
24. Women's Coalition of Zimbabwe
25. Women's Leadership Centre Namibia
26. Women's Legal Resources Centre (WOLREC) - Malawi
27. Women Unlimited Eswatini
28. Young Feminists Movement (Y-Fem) - Namibia
29. YWCA Madagascar
30. Plataforma Mulheres em Acção - Angola
31. Hope Restoration -South Sudan
32. Hope Beyond Foundation- Kenya
33. Advance Africa Initiative (ADAFIN) - South Sudan
34. Women Against Rape- Botswana